CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 46 • Quarta-feira, 9 de Setembro de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

DIVULGAÇÃO



AUGUSTO CURY TEM MAIOR APOIO NO NORDESTE E DIZ SER O "PESADELO" DE LULA

PÁG. 2

Justiça Eleitoral é acionada para investigar uso de unidade móvel de saúde em campanha de Lupércio PÁG.3



Liminar determina que Mendonça Filho retire propaganda que o associe sua imagem à Raquel Lyra PÁG. 2

FOTO DIVULGAÇÃO





ARTIGO

ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

***Robert Alexy* e o legado de quem ensinou o Direito a dialogar com a Justiça** PÁG. 4

BTG/Nexus mostra disputa apertada entre Lula e Flávio, com alta rejeição dos dois PÁG. 3

Fiscalização da propaganda já apreendeu mais de 4,1 mil materiais em quatro cidades PÁG. 5



Pernambuco reduz mortes violentas em agosto, mas ainda está distante da meta de segurança PÁG. 4



Mendonça afasta diretor-geral da PF em meio à crise envolvendo STF e Banco Master PÁG. 2

CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

ANÁLISE POLÍTICA: GOVERNO E SENADO EM PERNAMBUCO ENTRAM EM FASE DECISIVA PÁG. 5

Mendonça afasta diretor-geral da PF em meio à crise envolvendo STF e Banco Master

DIVULGAÇÃO



O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta terça-feira (8) o afastamento preventivo de Andrei Rodrigues do cargo de diretor-geral da Polícia Federal. A decisão ocorre em meio ao agravamento da crise institucional envolvendo integrantes da Corte, a Polícia Federal e investigações relacionadas ao Banco Master.

Além de Rodrigues, Mendonça determinou o afastamento preventivo de Leandro Almada da Costa, diretor de Inteligência da Polícia Federal. Segundo a decisão, as medidas têm como objetivo preservar a atuação independente de autoridades e servidores envolvidos nas investigações e evitar possíveis interferências no trabalho da instituição.

Mendonça também determinou a suspensão da produção e do compartilhamento de determinados relatórios de inteligência destinados à análise de atos praticados por integrantes do Judiciário, da Advocacia-Geral da União e da própria Polícia Federal. A decisão está relacionada a documentos de inteligência produzidos pela corporação que passaram a integrar a disputa entre o ministro e outros integrantes do Supremo.

A medida ocorre depois que relatórios da PF foram utilizados pelo ministro Alexandre de Moraes em uma decisão na qual pediu a investigação de Mendonça por suspeitas relacionadas à condução de inquéritos sob sua relatoria. Um dos documentos apontava que Mendonça teria discutido o possível afastamento de Andrei Rodrigues, alegando uma suposta proximidade inadequada do diretor-geral com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O próprio relatório, entretanto, registra que não havia, até aquele momento, indicação de fato concreto que demonstrasse atuação irregular de Rodrigues. O documento também foi classificado pela própria Polícia Federal como material sem valor probatório, o que significa que suas informações não deveriam ser tratadas, isoladamente, como prova de irregularidades.

A decisão de Mendonça ocorre ainda no contexto da Operação Compliance Zero, que investiga suspeitas relacionadas ao Banco Master. A atuação do ministro no caso provocou uma escalada de tensão com a Polícia Federal, especialmente depois da divulgação de documentos de inteligência e de acusações sobre a condução das investigações.

O episódio levou o partido Novo a pedir ao STF o afastamento de Andrei Rodrigues e, posteriormente, sua prisão preventiva. A legenda alegou possíveis interferências na investigação do caso Master. O pedido de prisão foi encaminhado a Mendonça, enquanto a decisão desta terça-feira determina o afastamento cautelar do diretor-geral. A crise também envolve o procurador-geral da República, Paulo Gonet. Segundo informações apresentadas em relatório da PF e em decisões de Moraes, Mendonça teria demonstrado desconfiança em relação a Gonet por sua proximidade com o ministro Gilmar Mendes. Moraes afirmou que havia elementos que justificariam a investigação de Mendonça por possíveis abusos na condução dos procedimentos sob sua responsabilidade.

O afastamento de Andrei Rodrigues representa uma medida de forte impacto institucional porque atinge diretamente o comando da Polícia Federal. A decisão ocorre em um momento de crescente tensão entre diferentes setores do STF e a cúpula da corporação, com investigações de grande repercussão política e financeira em andamento.

O caso ainda deve produzir novos desdobramentos dentro do Supremo, especialmente diante das discussões sobre os limites da atuação de ministros na condução de investigações, a autonomia da Polícia Federal e a utilização de relatórios de inteligência em processos judiciais.

Augusto Cury tem maior apoio no Nordeste e diz ser o "pesadelo" de Lula

DIVULGAÇÃO



O Nordeste é a região brasileira onde o candidato à Presidência Augusto Cury (Avante) registra seu maior índice de apoio, segundo pesquisa Nexus/BTG Pactual divulgada em 31 de agosto. O escritor aparece com 14% das intenções de voto entre os eleitores nordestinos, três pontos acima da média nacional, de 11%.

Nas demais regiões, Cury registra percentuais próximos da média nacional: 10% no Sudeste, 10% no Sul e 9% no Norte/Centro-Oeste. O Nordeste é, portanto, o único recorte regional em que o candidato supera seu desempenho nacional.

A pesquisa Nexus foi realizada em parceria com o BTG Pactual e está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-08900/2026. No levantamento nacional, Cury aparece em terceiro lugar, atrás do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do senador Flávio Bolsonaro (PL).

O desempenho nordestino ocorre em meio ao crescimento de Cury nas pesquisas. O candidato saiu de cerca de 2% para 11% no levantamento BTG/Nexus, passando a ocupar a terceira colocação na corrida presidencial. A ascensão também vem sendo associada ao crescimento de sua presença nas redes sociais e à tentativa de se apresentar como uma alternativa à polarização entre Lula e Bolsonaro.

CURY MIRA LULA

Nesta segunda-feira (7), durante sabatina na Jovem Pan, Cury elevou o tom contra o presidente Lula ao comentar um eventual segundo turno. O candidato afirmou que o petista preferiria enfrentar Flávio Bolsonaro e classificou sua própria presença em uma segunda etapa como o "pesadelo" de Lula. "O sonho de Lula da Silva é ter Flávio Bolsonaro no segundo turno. O pesadelo do Lula da Silva é me ter no segundo turno, porque eu vou aposentar o Lula", declarou.

A DECLARAÇÃO REFORÇA A ESTRATÉGIA DE CURY DE SE COLOCAR COMO UMA TERCEIRA FORÇA NA DISPUTA PRESIDENCIAL.

Apesar do discurso mais duro contra Lula, Cury também tem procurado construir uma imagem de candidato contrário à polarização. Em declarações recentes, ele atribuiu seu crescimento ao discurso de pacificação nacional e à busca por eleitores que não se identificam com os dois polos tradicionais da eleição. O crescimento do candidato já começa a produzir efeitos sobre a disputa. Análises recentes apontam que Cury passou a disputar principalmente uma parcela do eleitorado que poderia optar por Flávio Bolsonaro, especialmente entre eleitores de direita e aqueles que rejeitam a polarização política.

O Nordeste, tradicionalmente marcado por forte vantagem de Lula, surge assim como um dos principais sinais de atenção para a campanha de Cury. Embora os 14% registrados pela pesquisa ainda estejam muito abaixo da liderança petista na região, o resultado indica que o candidato conseguiu encontrar espaço também fora de seu eleitorado potencialmente mais identificado com o centro e a direita.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Liminar determina que Mendonça Filho retire propaganda que o associe sua

Fotos: Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados | Rafael Vieira/DP Foto)



O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) concedeu liminar favorável à Coligação Pernambuco de Coração e determinou que o candidato ao Senado Mendonça Filho (PL) interrompa propagandas eleitorais que associem sua candidatura à da governadora e candidata à reeleição Raquel Lyra (PSD). A decisão é do desembargador eleitoral Paulo Augusto de Freitas Oliveira, relator da Representação nº 0601917-17.2026.6.17.0000.

Na decisão, o magistrado considerou que a propaganda é capaz de levar o eleitor à falsa conclusão de que Raquel Lyra apoia Mendonça Filho ou de que os dois fazem parte do mesmo projeto eleitoral. O PL não integra a coligação da governadora, que tem Eduardo da Fonte (PP/UP) e Túlio Gadelha (PSD) como candidatos ao Senado.

O relator também rejeitou o argumento da defesa de que as imagens utilizadas retratam fatos verdadeiros de uma relação institucional anterior. Segundo a decisão, a irregularidade está na narrativa atual da propaganda, que projeta um vínculo eleitoral e pode confundir o eleitor sobre a composição das chapas. O magistrado afirmou ainda que a publicidade pode prejudicar os candidatos ao Senado que efetivamente integram a Coligação Pernambuco de Coração.

Com a liminar, Mendonça Filho e o PL deverão retirar, em até 24 horas, as peças do rádio, da televisão e dos perfis oficiais nas redes sociais, além de não divulgar novos conteúdos que associem sua candidatura à Raquel Lyra. A decisão prevê multa diária de R$ 20 mil, de forma individual, por cada nova comprovação de descumprimento. As emissoras também foram intimadas a suspender a propaganda questionada em até duas horas após o recebimento da decisão.

Ao conceder a liminar, o TRE-PE apontou violação ao artigo 242 do Código Eleitoral e ao artigo 9-C da Resolução TSE nº 23.610/2019 e destacou que a medida busca preservar a lisura do processo eleitoral e a transparência das informações apresentadas ao eleitor.

BTG/Nexus mostra disputa apertada entre Lula e Flávio, com alta rejeição dos dois



A nova pesquisa BTG/Nexus mostra uma eleição presidencial cada vez mais competitiva. Luiz Inácio Lula da Silva (PT) permanece na liderança no primeiro turno, com 39% das intenções de voto, mas Flávio Bolsonaro (PL) avançou para 35% e reduziu a diferença para quatro pontos percentuais. Augusto Cury (Avante) aparece em terceiro, com 9%.

Como a margem de erro é de dois pontos percentuais, o resultado coloca Lula e Flávio em empate técnico no primeiro turno, algo que ocorre pela primeira vez na série de pesquisas do instituto. Na rodada anterior, divulgada em 31 de agosto, Lula tinha 39% e Flávio, 33%. Cury caiu de 11% para 9%.

Na sequência aparecem Ronaldo Caiado (PSD), com 4%, e Renan Santos (Missão), também com 4%. Romeu Zema (Novo), Samara Martins (UP) e Rui Costa Pimenta (PCO) registram 1% cada. Hertz Dias (PSTU), Edmilson Costa (PCB), Wilson Grassi (Democrata) e Clariana Barão (DC) não pontuaram. Brancos, nulos e nenhum somam 3%, enquanto 2% não souberam ou não responderam.

LULA MANTÉM LIDERANÇA, MAS FLÁVIO CRESCE

A movimentação mais significativa do levantamento está no crescimento de Flávio Bolsonaro. O senador ganhou dois pontos percentuais em relação à pesquisa anterior, enquanto Lula permaneceu com 39%. A diferença, que era de seis pontos, caiu para quatro.

Na pesquisa espontânea, quando os nomes dos candidatos não são apresentados ao entrevistado, Lula aparece com 39%, Flávio com 31% e Augusto Cury com 6%. Renan Santos tem 4%, Ronaldo Caiado 2% e Romeu Zema 1%.

O levantamento também testou um segundo cenário de primeiro turno com Pablo Marçal (PRTB), que está inelegível. Nesse cenário, Lula aparece com 39%, Flávio com 34%, Cury com 9%, Caiado e Renan Santos com 4% cada, Marçal com 3% e Zema com 2%.

FLÁVIO APARECE À FRENTE DE LULA NO SEGUNDO TURNO

O cenário mais expressivo da pesquisa aparece na simulação de segundo turno entre Lula e Flávio Bolsonaro. Pela primeira vez, o senador aparece numericamente à frente do presidente, com 46% contra 45%.

A diferença, entretanto, é de apenas um ponto percentual e está dentro da margem de erro de dois pontos. Portanto, trata-se de empate técnico, e não de uma liderança estatisticamente consolidada de Flávio.

NA PESQUISA ANTERIOR, LULA TINHA 46% CONTRA 45% DE FLÁVIO.

Nos demais confrontos, Lula mantém vantagem numérica. Contra Ronaldo Caiado, aparece com 46% contra 43%. Diante de Romeu Zema, marca 47% contra 40%. Contra Renan Santos, Lula tem 47% contra 39%.

O dado mais surpreendente, porém, aparece no confronto com Augusto Cury. Na primeira vez em que esse cenário foi testado pela Nexus, o escritor aparece numericamente à frente de Lula, com 45% contra 43%. A diferença também está dentro da margem de erro, configurando empate técnico.

REJEIÇÃO É UM DOS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS

A pesquisa mostra ainda que os dois principais candidatos carregam índices elevados de rejeição.

Flávio Bolsonaro é rejeitado por 50% dos entrevistados, enquanto Lula aparece com 49%. Na prática, os dois estão tecnicamente empatados também nesse indicador.

A rejeição é significativamente menor entre os demais nomes. Augusto Cury registra 29%, Ronaldo Caiado 36%, Romeu Zema 42% e Renan Santos 43%.

Os perfis de rejeição de Lula e Flávio também apresentam diferenças regionais e sociais importantes. Lula tem seu maior índice de rejeição no Sul, com 70%, entre evangélicos, com 62%, e entre eleitores com renda superior a cinco salários mínimos, com 59%.

Flávio, por sua vez, enfrenta sua maior rejeição no Nordeste, onde chega a 64%. O índice também é elevado entre pessoas sem religião, com 67%, e entre eleitores com renda de até um salário mínimo, com 59%.

POTENCIAL DE VOTO COLOCA LULA E FLÁVIO EMPATADOS

Outro indicador importante é o potencial de voto. Lula e Flávio aparecem exatamente com 47%.

No caso de Lula, 35% afirmam que ele é o único candidato em quem votariam, enquanto 12% dizem que poderiam escolher o petista, mas também consideram outros nomes.

Flávio tem 26% de eleitores que dizem votar exclusivamente nele e outros 21% que admitem escolhê-lo, embora também considerem outros candidatos.

Augusto Cury apresenta potencial de 42%, formado por 7% de voto exclusivo e 35% de eleitores que poderiam escolhê-lo. Caiado aparece com 39%, Zema com 33% e Renan Santos com 24%.

MAIORIA DOS ELEITORES JÁ DECIDIU O VOTO

A pesquisa também aponta uma redução do eleitorado disposto a mudar de candidato. Entre aqueles que já escolheram um nome no primeiro turno, 81% afirmam que a decisão está tomada. Outros 17% dizem que ainda podem mudar.

Na rodada anterior, 78% afirmavam ter o voto decidido e 21% admitiam possibilidade de mudança.

O eleitorado de Lula é o mais consolidado: 90% dos que declararam voto no presidente dizem que não pretendem mudar. Entre os eleitores de Flávio, esse percentual é de 84%.

Augusto Cury apresenta um eleitorado menos consolidado. Apenas 58% de seus eleitores afirmam que não pretendem mudar de candidato, enquanto 42% estão em algum grau de abertura para mudança.

Entre os eleitores que admitem trocar de candidato, Cury aparece como a principal segunda opção, com 20%. Flávio tem 17%, Caiado 12%, Lula 10%, Renan Santos 7% e Zema 6%.

AVALIAÇÃO DO GOVERNO LULA

A avaliação do governo também aparece como um elemento importante do cenário. A aprovação da administração Lula oscilou de 46% para 45%, enquanto a desaprovação passou de 51% para 50%.

Mesmo com a oscilação, a desaprovação permanece cinco pontos acima da aprovação.

Outro dado relevante é a percepção sobre a polarização. Para 71% dos entrevistados, a eleição de 2026 está sendo impactada pela polarização política. Na pesquisa anterior, esse percentual era de 65%.

Além disso, 43% afirmam concordar que existe polarização e dizem estar cansados ou desconfortáveis com ela. Entre os eleitores de Flávio, esse percentual chega a 42%. Entre eleitores de candidatos que não são Lula ou Flávio, chega a 72%.

CENÁRIO AINDA ABERTO

Os números mostram uma eleição com dois polos fortemente consolidados, mas também com elevado nível de rejeição. Lula mantém a liderança no primeiro turno e possui o eleitorado mais fiel, mas Flávio cresce e reduz a distância.

Ao mesmo tempo, os índices de rejeição de ambos limitam o espaço de crescimento e tornam decisiva a disputa pelo eleitor que ainda pode mudar de voto. A pesquisa também mostra que Augusto Cury, apesar de estar distante dos dois primeiros colocados no primeiro turno, possui potencial de voto expressivo e aparece numericamente à frente de Lula em uma simulação de segundo turno.

O levantamento foi realizado pela Nexus Pesquisa e Inteligência de Dados, da FSB Holding, a pedido do BTG Pactual. Foram ouvidos 2.002 eleitores com 16 anos ou mais, por telefone, entre 4 e 7 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais, com nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral sob o número BR-06790/2026.

Justiça Eleitoral é acionada para investigar uso de unidade móvel de saúde em campanha de Lupércio

Uma denúncia apresentada à Justiça Eleitoral de Pernambuco pede a investigação de uma possível prática de captação ilícita de votos envolvendo uma "Unidade Móvel de Saúde" que estaria sendo utilizada durante o período eleitoral com identificação visual relacionada à candidatura de Lupércio Carlos do Nascimento, candidato a deputado estadual.

A iniciativa partiu de Paulo Sales, advogado e candidato a deputado estadual pelo Partido Liberal (PL), com atuação jurídica do advogado e escritor Antônio Campos. A denúncia que deu origem à iniciativa foi apresentada por Beto Lopes, liderança de Olinda, que encaminhou fotografias e vídeos registrando a atuação da unidade.

A ação foi distribuída sob o número 0600030-65.2026.6.17.0010, para a 10ª Zona Eleitoral de Olinda, em Pernambuco.

O material mostra um veículo de grande porte identificado como "Unidade Móvel de Saúde" e, simultaneamente, com elementos visuais associados à campanha de Lupércio.

Segundo a representação, a situação é de que a oferta de atendimentos de saúde possa estar sendo utilizada como instrumento de captação de votos, especialmente por envolver serviços que representam uma vantagem concreta para os eleitores.

Um dos vídeos encaminhados registra uma denúncia de suposta "compra de voto" durante atendimento realizado em Sítio Novo. A afirmação, isoladamente, não é tratada como prova definitiva, mas os autores sustentam que, associada às imagens da unidade e aos demais elementos apresentados, justifica a investigação e a preservação das provas.

DIVULGAÇÃO



A iniciativa solicita que sejam esclarecidos a propriedade do veículo, a origem dos recursos utilizados, quem financia sua operação, quais profissionais trabalham na unidade, quais serviços são oferecidos, quantas pessoas foram atendidas e quais localidades foram percorridas durante o período eleitoral.

Também deverá ser apurado se houve realização de consultas, exames, distribuição de medicamentos ou outros procedimentos gratuitos ou subsidiados, além de eventual identificação ou cadastramento dos beneficiários.

Outro ponto considerado relevante é a possível existência de recursos públicos na operação. A representação pede que sejam verificadas eventuais relações da unidade com órgãos públicos, secretarias de Saúde, empresas, entidades assistenciais ou organizações privadas, assim como a origem dos recursos empregados na manutenção da estrutura.

A denúncia central é de captação ilícita de sufrágio, prevista na legislação eleitoral, caso seja comprovado que a oferta de vantagem pessoal aos eleitores ocorreu com a finalidade de obtenção de votos.

A representação também requer a preservação de vídeos, fotografias, registros de atendimentos e demais documentos relacionados à unidade, além da identificação do veículo junto ao Detran-PE e informações dos órgãos de saúde e vigilância sanitária.

Para Paulo Sales, a denúncia precisa ser investigada para verificar se uma estrutura de atendimento à população está sendo utilizada com finalidade eleitoral.

"Estamos levando à Justiça Eleitoral fatos e elementos que precisam ser esclarecidos. Não cabe a nós antecipar uma condenação, mas é nosso dever provocar a investigação quando existem indícios que podem comprometer a igualdade da disputa. Se uma unidade de saúde está sendo utilizada para oferecer benefícios e, ao mesmo tempo, está vinculada a uma candidatura, precisamos saber exatamente quem financia, quem opera e qual é a finalidade dessa estrutura", afirmou Paulo Sales.

O candidato também destacou a necessidade de apurar a extensão da atividade.

"É fundamental saber por onde essa unidade passou, quantas pessoas foram atendidas e quais serviços foram oferecidos. Se ficar comprovado que atendimento médico, exames ou outros benefícios foram utilizados para conquistar votos, estaremos diante de uma situação extremamente grave para o processo eleitoral", declarou.

O advogado Antônio Campos afirmou que a representação busca preservar a legitimidade das eleições e permitir que os fatos sejam esclarecidos pelas instituições competentes.

"A denúncia não se baseia apenas em uma afirmação ou comentário. Existem registros audiovisuais que mostram uma unidade móvel de saúde identificada eleitoralmente e a notícia de que ela estaria realizando atendimentos durante o período eleitoral. Isso exige apuração. É preciso identificar a origem dos recursos, os responsáveis pela estrutura, os serviços prestados e eventual vínculo entre esses atendimentos e a obtenção de votos", afirmou Campos.

Segundo Antônio Campos, a natureza dos serviços oferecidos torna a apuração ainda mais relevante.

"A saúde é uma necessidade essencial e, justamente por isso, não pode ser utilizada como instrumento de troca eleitoral. Se a investigação demonstrar que consultas, exames, medicamentos ou outros benefícios foram oferecidos com finalidade de conquistar votos, a Justiça Eleitoral terá elementos para avaliar a existência de captação ilícita de sufrágio e eventualmente de abuso de poder econômico", acrescentou.

A denúncia solicita ainda o levantamento dos custos da operação, contratos eventualmente existentes, notas fiscais, pagamentos, relação de profissionais, roteiro da unidade e informações sobre eventual contabilização das despesas na prestação de contas eleitoral.

Também é pedido que a investigação verifique se existem outras unidades ou ações semelhantes em diferentes bairros e municípios, bem como a quantidade total de atendimentos realizados.

Caso as suspeitas sejam confirmadas durante a investigação, a conduta poderá resultar na aplicação das sanções previstas na legislação eleitoral para captação ilícita de sufrágio, além de eventual apuração de abuso de poder econômico e outras irregularidades.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

ROBERT ALEXY E O LEGADO DE QUEM ENSINOU O DIREITO A DIALOGAR

Há pensadores cuja obra ultrapassa o tempo em que viveram. Robert Alexy foi um deles. Sua contribuição para a Filosofia do Direito, para a teoria constitucional e para a compreensão dos direitos fundamentais transformou a maneira como gerações de juristas passaram a enxergar a relação entre Direito, razão e Justiça.

Ao estudar Alexy, não estamos diante apenas de um teórico do Direito. Estamos diante de um pensador que enfrentou algumas das questões mais difíceis da experiência jurídica: o que é o Direito, como devemos justificar uma decisão jurídica, qual é o papel dos princípios e até onde uma norma injusta pode ser reconhecida como Direito.

Sua trajetória intelectual foi construída na Alemanha, especialmente na Universidade de Kiel, onde desenvolveu grande parte de sua carreira acadêmica. Ao longo de décadas, tornou-se um dos mais influentes filósofos do Direito contemporâneo, com uma obra que alcançou universidades e tribunais de diversos países, inclusive no Brasil.

Entre suas contribuições mais importantes está a teoria dos princípios, desenvolvida de maneira particularmente marcante em sua obra Teoria dos Direitos Fundamentais. Alexy estabeleceu uma distinção fundamental entre regras e princípios. Enquanto as regras são aplicadas de maneira mais definida, os princípios funcionam como mandamentos de otimização, exigindo que sejam realizados na maior medida possível diante das circunstâncias concretas.

Essa construção teve enorme impacto sobre o Direito Constitucional contemporâneo. Quando dois direitos fundamentais entram em tensão, não basta simplesmente escolher um deles de maneira intuitiva. É necessário justificar racionalmente a decisão. É nesse espaço que aparece a ponderação, um dos conceitos mais conhecidos associados ao pensamento de Alexy.

Sua contribuição, entretanto, não se limita aos princípios.

Em Teoria da Argumentação Jurídica, Alexy enfrentou outra questão essencial: como podemos considerar racional uma decisão jurídica? Para ele, a fundamentação não pode ser mero exercício de autoridade. Uma decisão precisa apresentar razões capazes de ser submetidas ao debate e à crítica.

Essa preocupação com a racionalidade da argumentação revela uma característica central de seu pensamento: o Direito não deve ser reduzido à vontade de quem decide.

Essa é uma lição extremamente atual.

Em tempos de decisões controversas, conflitos entre direitos fundamentais e crescente judicialização da vida pública, a necessidade de fundamentação racional torna-se ainda mais importante. O poder de decidir precisa caminhar ao lado do dever de justificar.



Outra obra especialmente relevante é O Argumento da Injustiça, na qual Alexy enfrenta o positivismo jurídico e a relação entre Direito e moral. A partir da chamada fórmula de Radbruch, desenvolve a ideia de que existe um limite para a injustiça que o Direito pode suportar.

É uma reflexão de enorme importância histórica e filosófica. A experiência do século XX demonstrou que uma ordem jurídica pode produzir normas formalmente válidas e, ao mesmo tempo, profundamente injustas. A pergunta de Alexy, portanto, permanece perturbadora e necessária: uma norma extremamente injusta pode continuar sendo considerada Direito apenas porque foi formalmente produzida?

Ao colocar essa questão no centro de sua filosofia, Alexy reafirma que o Direito possui uma dimensão que não pode ser completamente separada da Justiça.

É justamente essa combinação entre validade jurídica, argumentação racional, princípios e Justiça que tornou sua obra tão influente.

No Brasil, seu pensamento encontrou terreno fértil, especialmente no Direito Constitucional. Conceitos associados à sua teoria passaram a integrar o debate acadêmico e jurídico sobre direitos fundamentais, proporcionalidade, colisão de princípios e fundamentação das decisões judiciais.

Como advogado e escritor, considero particularmente valiosa essa dimensão de sua obra. O Direito não pode ser apenas técnica. A técnica é indispensável, mas ela precisa estar acompanhada de responsabilidade intelectual e compromisso com a Justiça.

Alexy também nos ensina que a interpretação jurídica não pode ser confundida com arbitrariedade. Quando direitos fundamentais entram em conflito, o intérprete precisa construir uma justificativa. É essa exigência de racionalidade que diferencia a argumentação jurídica de uma simples manifestação de poder.

Sua produção intelectual inclui ainda obras como Conceito e Validade do Direito, nas quais aprofunda a discussão sobre a natureza do Direito e sua relação com a moralidade. Ao longo de sua trajetória, Alexy construiu um sistema de pensamento coerente, dedicado a compreender o Direito como uma prática institucional que possui também uma pretensão de correção.

Robert Alexy faleceu aos 80 anos, deixando uma das mais importantes contribuições da Filosofia do Direito contemporânea. Mas sua obra está longe de terminar com sua vida.

Ela continuará sendo lida, contestada, aperfeiçoada e, sobretudo, debatida.

E talvez esse seja o destino mais nobre de um grande pensador: não oferecer respostas definitivas, mas deixar perguntas capazes de atravessar gerações.

Alexy nos deixa algumas das mais importantes: qual é o limite do poder? Como justificar uma decisão? O que fazer diante da colisão entre direitos? Até onde a legalidade pode se afastar da Justiça?

São perguntas que continuarão presentes enquanto houver Direito.

E, enquanto essas perguntas forem feitas, Robert Alexy continuará intelectualmente vivo.

Pernambuco reduz mortes violentas em agosto, mas ainda está distante da meta de segurança

Pernambuco registrou 212 mortes violentas intencionais em agosto de 2026, uma redução de 18,1% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando foram contabilizados 259 assassinatos. Apesar da queda, os números acumulados no ano mostram que o Estado ainda está distante da meta estabelecida pelo programa Juntos pela Segurança.



Segundo dados da Secretaria de Defesa Social (SDS), entre janeiro e agosto deste ano foram registradas 1.853 mortes violentas. No mesmo período de 2022, foram 2.324 ocorrências. A redução acumulada chega a 20,3%.

A meta do governo estadual é reduzir em 30% as mortes violentas intencionais em 2026 na comparação com 2022, último ano anterior ao início da atual gestão. Para alcançar esse percentual até o fim do ano, Pernambuco ainda precisa avançar na redução dos índices nos próximos meses.

As mortes violentas intencionais incluem homicídios dolosos, latrocínios, feminicídios, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais.

O governo estadual classificou agosto como o melhor resultado para o mês desde o início da série histórica, em 2004. Foi também o quinto mês de 2026 em que o número de mortes violentas ficou abaixo de 230 casos. "Agosto é o quinto mês de 2026 com registro inferior a 230 Mortes Violentas Intencionais. Os dados são acompanhados de forma contínua pelas forças de segurança pública e orientam as ações de prevenção e repressão à criminalidade no Estado", afirmou o secretário de Defesa Social, Alessandro Carvalho.

Mesmo com a redução dos assassinatos, um indicador chama atenção: as mortes decorrentes de intervenções policiais aumentaram. De janeiro a agosto, foram 60 registros, contra 53 no mesmo período de 2025, alta de 13,2%.

Outro ponto relacionado à atuação policial é a implantação das câmeras corporais. Pernambuco recebeu cerca de R$ 24 milhões do governo federal para a aquisição dos equipamentos, mas, até o momento, a compra ainda não foi realizada. A previsão é de que sejam adquiridas 1.463 câmeras para uso pelas forças de segurança.

A taxa de mortes violentas em Pernambuco está atualmente em 19,3 casos para cada 100 mil habitantes, acima da média nacional, calculada em 17,13.

Os números de agosto reforçam, portanto, um cenário de melhora nos indicadores de violência letal, mas também mostram o tamanho do desafio para o governo estadual. A redução de 20,3% no acumulado do ano ainda precisa avançar para que Pernambuco alcance a meta de 30% estabelecida para 2026.

CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

ANÁLISE POLÍTICA: GOVERNO E SENADO EM PERNAMBUCO ENTRAM EM FASE DECISIVA

A sucessão estadual em Pernambuco chega a setembro com uma característica central: a disputa pelo Governo está concentrada em Raquel Lyra e João Campos, mas ainda não apresenta um cenário suficientemente estável para apontar um vencedor.

A nova rodada da Quaest divulgada, nesta terça-feira (08), mantém Raquel numericamente à frente, enquanto levantamento recente do RealTime Big Data apontou empate de 43% entre os dois. No levantamento, também houve empate em um eventual segundo turno, com 44% para cada candidato.

Essa diferença entre pesquisas é importante. Ela mostra que a eleição permanece aberta e que pequenas oscilações podem alterar a fotografia da disputa.

GOVERNO: VANTAGEM NUMÉRICA NÃO SIGNIFICA ELEIÇÃO DEFINIDA

A Quaest anterior apontava Raquel com 44% contra 36% de João Campos. No levantamento mais recente, a governadora permanece numericamente à frente, mas a distância diminuiu.

O resultado precisa ser interpretado com cautela porque o RealTime Big Data, realizado entre 29 de agosto e 2 de setembro, encontrou 43% para Raquel e 43% para João. Com a margem de erro, o cenário é de empate técnico.

Portanto, a melhor leitura política neste momento não é dizer que um dos dois domina a eleição, mas que os dois chegaram a um patamar elevado de competitividade.

Raquel tem como um dos principais ativos eleitorais a avaliação de sua gestão. A Quaest divulgada anteriormente registrou 68% de aprovação e 24% de desaprovação do governo.

João Campos, por outro lado, possui uma estrutura política relevante, especialmente na Região Metropolitana, além da associação com o presidente Lula. O desafio para sua candidatura é transformar essa força política e eleitoral em vantagem efetiva na disputa estadual.

O cenário apresenta, portanto, dois movimentos:

Raquel precisa converter a avaliação positiva da gestão em votos suficientes para garantir a reeleição.

João precisa ampliar sua presença no eleitorado estadual e transformar sua força política em crescimento capaz de ultrapassar a governadora. Nenhuma dessas tarefas está concluída.

REJEIÇÃO PODE SER DECISIVA

A rejeição deverá ter papel importante na definição da eleição.

Em pesquisa RealTime Big Data divulgada recentemente, Raquel apareceu com 41% de rejeição, enquanto João Campos registrou 36%.

O dado mostra que os dois candidatos possuem obstáculos diferentes para ampliar seus eleitorados.

Em uma eleição apertada, a capacidade de conquistar novos votos sem aumentar a rejeição pode ser tão importante quanto o crescimento da intenção de voto.

Por isso, a disputa não será apenas por quem consegue crescer, mas por quem consegue ampliar sua vantagem sem provocar maior resistência no eleitorado.

ELEITORADO AINDA EM MOVIMENTO

Outro ponto relevante é o voto espontâneo.

No levantamento RealTime, Raquel e João apareceram com 23% cada quando os eleitores foram questionados sem a apresentação de uma lista de candidatos. Ao mesmo tempo, uma parcela expressiva não soube ou não respondeu.

Esse dado indica que ainda existe espaço para movimentação eleitoral.

Debates, propaganda eleitoral, alianças, exposição dos candidatos e a avaliação das administrações poderão influenciar esse eleitorado nas próximas semanas.

SENADO: UMA DISPUTA ABERTA E FRAGMENTADA

A eleição para o Senado apresenta uma dinâmica diferente.

Pernambuco elegerá dois senadores, e diversos candidatos aparecem competitivos nos levantamentos realizados até agora.

Marília Arraes, Humberto Costa, Mendonça Filho, Eduardo da Fonte e outros nomes apresentam diferentes níveis de intenção de voto, mas os números ainda não permitem considerar nenhuma das duas vagas definida.

A margem de erro também precisa ser levada em consideração, principalmente quando as diferenças entre os candidatos são pequenas.

UMA DISPUTA DIFERENTE DA ELEIÇÃO PARA GOVERNADOR

O eleitor poderá escolher dois candidatos ao Senado.

Essa característica torna a eleição mais complexa. Não basta estar entre os primeiros colocados: cada candidatura precisa construir também o chamado segundo voto.

Um eleitor pode escolher um candidato ao Governo e dividir seus dois votos para o Senado entre nomes de diferentes grupos políticos.

Por isso, a força de um candidato a governador não necessariamente será transferida integralmente para os candidatos ao Senado que o apoiam.

VÁRIOS CANDIDATOS PERMANECEM COMPETITIVOS

Marília Arraes aparece numericamente à frente em determinados levantamentos, enquanto Humberto Costa também permanece competitivo.

Mendonça Filho aparece próximo dos primeiros colocados e Eduardo da Fonte também mantém percentual que o coloca na disputa.

A distância entre esses nomes ainda não é suficiente para eliminar qualquer candidatura da corrida.

Isso significa que a composição das duas cadeiras permanece indefinida.

A campanha eleitoral, as alianças, o horário eleitoral e principalmente a capacidade de cada candidato de conquistar o segundo voto podem modificar significativamente o quadro atual.

O PESO DOS INDECISOS

O alto número de eleitores que ainda não definiu seus votos é um dos principais fatores de incerteza.

Na eleição para o Senado, essa indefinição tende a ser ainda maior porque o eleitor precisa fazer duas escolhas.

Consequentemente, a pesquisa atual deve ser encarada como uma fotografia do momento, e não como uma projeção do resultado final.

GOVERNO E SENADO ESTARÃO CONECTADOS

As duas disputas também estarão diretamente relacionadas.

Os grupos que disputam o Governo precisarão organizar suas campanhas para o Senado, buscando fortalecer seus candidatos.

Mas o voto não é necessariamente casado.

O eleitor pode escolher Raquel Lyra para governadora e votar em dois candidatos ao Senado de diferentes grupos. Da mesma forma, pode votar em João Campos e optar por candidatos de outras alianças.

Essa característica torna a eleição para o Senado particularmente imprevisível.

A FOTOGRAFIA ELEITORAL NESTE MOMENTO

Governo: Raquel Lyra aparece numericamente à frente na Quaest, enquanto o RealTime mostra empate. Os dados indicam uma disputa competitiva e ainda aberta.

Aprovação: Raquel possui uma avaliação positiva de sua gestão, com 68% de aprovação na última Quaest divulgada. O dado representa um ativo eleitoral, mas não significa conversão automática em votos.

Rejeição: na pesquisa RealTime, Raquel registrou 41% e João Campos 36%. A capacidade de reduzir resistências será importante para ambos.

Senado: a disputa está fragmentada entre vários candidatos. Marília Arraes e Humberto Costa aparecem entre os nomes mais competitivos, enquanto Mendonça Filho e Eduardo da Fonte permanecem próximos o suficiente para continuar na disputa.

Segundo voto: será um dos elementos fundamentais para definir as duas vagas.

CONCLUSÃO

Pernambuco entra na fase decisiva da eleição com dois cenários bastante diferentes.

No Governo, a disputa está concentrada em Raquel Lyra e João Campos. A governadora aparece à frente em uma das pesquisas mais recentes, mas outro levantamento aponta empate. Portanto, não há base suficiente para considerar a eleição definida.

No Senado, a incerteza é ainda maior. A existência de duas vagas, vários candidatos competitivos e um eleitorado ainda em processo de definição tornam prematura qualquer previsão sobre os dois eleitos.

O fator decisivo nas próximas semanas será a capacidade de cada candidatura de consolidar seus eleitores, conquistar os indecisos, administrar a rejeição e construir alianças capazes de produzir votos tanto para o Governo quanto para o Senado.

A eleição, neste momento, permanece aberta nas duas frentes, com maior concentração da disputa no Governo e maior pulverização na corrida pelas duas vagas ao Senado.

Fiscalização da propaganda já apreendeu mais de 4,1 mil materiais em quatro cidades

Recife e Petrolina são as cidades com maior volume de apreensões

Equipes responsáveis pela fiscalização da propaganda eleitoral do TRE Pernambuco já contabilizam 4.136 materiais apreendidos no Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Petrolina, desde o início da campanha eleitoral, em 16 de agosto. Bandeiras instaladas de forma irregular representam a maior parte das apreensões, mas as ações também encontraram bases de cimento e de ferro, banners e equipamentos de som.

O Recife concentra o maior volume, com 2.319 itens retirados das ruas. Em Petrolina, chama a atenção a apreensão de aproximadamente 1.300 bases de ferro, feitas com vergalhões e utilizadas para sustentar bandeiras. Somadas às 170 bandeiras recolhidas na cidade, as apreensões colocam a cidade sertaneja em segundo lugar entre os quatro municípios.

A fiscalização faz parte do poder de polícia exercido pela Justiça Eleitoral para garantir o cumprimento das regras da propaganda durante a campanha. Além das apreensões, as equipes orientam e notificam candidatas, candidatos, partidos, federações e coligações para que irregularidades sejam corrigidas.



RECIFE

Na capital, foram apreendidas 2.231 bandeiras, 74 bases de cimento, sete banners e sete caixas de som. Ao todo, são 2.319 itens. Uma das ações ocorreu em um comitê de candidato a deputado estadual, no bairro do Espinheiro (Zona Norte). A equipe apreendeu uma caixa de som que estava voltada para a via pública e era utilizada em volume alto.

A fiscalização dos comitês também está atenta ao uso de equipamentos luminosos. Os três juízes responsáveis pela propaganda eleitoral no Recife determinaram a proibição de painéis de LED, telas eletrônicas, videowalls e outros equipamentos luminosos dinâmicos nos comitês de campanha. O entendimento é de que esses equipamentos produzem efeito visual semelhante ao de outdoor eletrônico, proibido pela legislação eleitoral. A proibição vale independentemente do tamanho do equipamento.

PETROLIN

Em Petrolina, foram apreendidas aproximadamente 1.300 bases de ferro utilizadas para a instalação de bandeiras e outras 170 bandeiras. A grande quantidade de vergalhões recolhidos levou a juíza Elisama de Sousa Alves, titular da 145ª Zona Eleitoral, responsável pelo exercício do poder de polícia sobre a propaganda eleitoral no município, a notificar os partidos para que identifiquem a quem pertence o material.

A fiscalização também registrou outras irregularidades na cidade. Seis veículos foram notificados por circular com adesivos fora das regras, três carros de som foram flagrados circulando sem estarem vinculados a atos de campanha e três fachadas de comitês tiveram a regularização determinada. Houve ainda uma notificação relacionada à distribuição de boné para cabo eleitoral.

As ocorrências foram resultado tanto da fiscalização realizada diretamente pela Justiça Eleitoral quanto da apuração de denúncias encaminhadas pela aplicativo Pardal.

JABOATÃO E OLINDA

Em Jaboatão dos Guararapes, 177 bandeiras foram apreendidas. As ações ocorreram em localidades como Muribeca, Muribequinha, Conjunto Residencial Fazenda Suassuna, Quadro, Padre Roma, Vila Rica e Praça do Metrô, em Jaboatão Centro.

Em Olinda, foram apreendidas 170 bandeiras. Entre os locais fiscalizados estão a Avenida Beira-Mar, a avenida Olinda, o Varadouro e praças de diferentes bairros do município. A equipe responsável pela propaganda eleitoral já prepara uma nova operação de fiscalização.

CARUARU PRIORIZA NOTIFICAÇÃO

Em Caruaru, a Justiça Eleitoral tem recebido uma quantidade expressiva de denúncias sobre propaganda irregular por meio do Pardal. A atuação no município, porém, tem resultado principalmente na notificação das candidaturas responsáveis pelas propagandas.

Após serem notificadas, as candidatas e os candidatos têm adequado a exposição das bandeiras às regras eleitorais. Com a regularização do material, não tem sido necessário realizar apreensões em grande quantidade no município.

PARDAL

Irregularidades relacionadas à propaganda eleitoral podem ser denunciadas pelo aplicativo Pardal, da Justiça Eleitoral. Para saber mais sobre o aplicativo, assista ao vídeo no canal no YouTube da Justiça Eleitoral.

Baixe o app clicando abaixo:
App Store
Google Play

É possível acompanhar a quantidade de denúncias por estado e por cidade clicando aqui.

Resumo dos materiais apreendidos por cidade

Recife: 2.319 itens
2.231 bandeiras
74 bases de cimento
7 banners
7 caixas de som

Petrolina: aproximadamente 1.470 itens
1.300 bases de ferro para bandeiras
170 bandeiras
Jaboatão dos Guararapes: 177 bandeiras

Olinda: 170 bandeiras
Total: 4.136 itens apreendidos.